

UMA COMUNIDADE NO ECOSISTEMA DO RIO MARANGUAPINHO EM FORTALEZA-CE: ELEMENTOS E VULNERABILIDADES DO COTIDIANO

A community in the Maranguapinho river ecosystem in Fortaleza-CE: everyday
elements and vulnerabilities

Una comunidad en el ecosistema del río Maranguapinho en Fortaleza – CE:
elementos y vulnerabilidades de la vida cotidiana

Rodrigo Holanda Barbosa

Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará– rodrigo-holanda@hotmail.com

Recebido em 24/05/2024. Aceito para publicação em 29/04/2025.
Versão online publicada em 04/07/2025 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

Ao desvendar a trama socioambiental do ecossistema dos carnaubais na bacia do Rio Maranguapinho, em Fortaleza, resgatamos a história da Comunidade São Francisco nesta região periférica. Reunimos diversos elementos da vida cotidiana e ambiental a fim de gerar a complexidade para compreender como determinadas condições socioambientais se tornaram marcadores de vulnerabilidades durante a crise da Covid-19. Nosso esforço qualitativo, sem buscar determinantes estruturais, mas apenas contingências sequenciais que se tornam casualmente apropriadas e só tem valor heurístico na fusão de actantes e quadros socioambientais, recompõe por meio de revisão bibliográfica e relatos de antigos moradores, a história da região e o estado atual deste ecossistema. Utilizamos então a etnografia como método para coletar elementos que interpretamos como essenciais para o enquadramento socioambiental do cotidiano desse território. Sobretudo, as dimensões da vegetação e do córrego, dos animais não humanos, do clima, das casas, muros e pátios, das ruas de terra e do lixo acumulado, das ocupações e do trabalho, do transporte e da alimentação, além das relações sincrônicas entre estes elementos descritivos. Dessa forma, o artigo pretende contribuir não apenas com a atualização do mapeamento da história socioambiental deste ecossistema ameaçado de extinção, mas também, com a sugestão de que essas particularidades sejam levadas em conta em futuros contextos de epidemias e pandemias.

Palavras-chave: Cotidiano. Covid-19. Ecossistemas. Espaço urbano. Vulnerabilidades.

Abstract:

By unveiling the socio-environmental fabric of the carnaubais ecosystem in the Maranguapinho River basin, in Fortaleza, we rescue the history of the São Francisco community in this peripheral region. We bring together various elements of everyday and environmental life to generate complexity to understand how specific socio-environmental conditions became markers of vulnerabilities during the Covid-19 crisis. Our qualitative effort, without seeking structural determinants, but only sequential contingencies that become casually appropriate and only have heuristic value in the fusion of actants and socio-environmental frameworks, recomposes, through bibliographical review and reports from former residents, the history of the region and the status of this ecosystem. We then used ethnography as a method to collect elements that we interpret as essential for the socio-environmental framework of daily life in this territory. Above all, the dimensions of vegetation and the stream, non-human animals, climate, houses, walls and courtyards, dirt streets and accumulated trash, occupations and work, transportation and food, in addition to the synchronic relationships between these descriptive elements. In this way, the article aims to contribute not only to updating the mapping of the socio-environmental history of this endangered ecosystem, but also to the suggestion that these particularities be considered in future contexts of epidemics and pandemics.

Keywords: Covid-19. Ecosystems. Everyday life. Urban space. Vulnerabilities.

Resumen:

Al desentrañar el tejido socio ambiental del ecosistema de carnaubais en la cuenca del río Maranguapinho, en Fortaleza, rescatamos la historia de la comunidad de São Francisco en esta región periférica. Unimos diversos elementos de la vida cotidiana y ambiental con el fin de generar la complejidad para comprender cómo condiciones socio ambientales particulares se convirtieron en marcadores de vulnerabilidades durante la crisis de Covid-19. Nuestro esfuerzo cualitativo, sin buscar determinantes estructurales, sino sólo contingencias secuenciales que se vuelven casualmente apropiadas y sólo tienen valor heurístico en la fusión de actantes y entramados socioambientales, recompone, a través de revisión bibliográfica y relatos de antiguos residentes, la historia de la región y el estado actual de este ecosistema. Luego utilizamos la etnografía como método para recolectar elementos que interpretamos como esenciales para el marco socioambiental de la vida cotidiana en este territorio. Sobre todo, las dimensiones de la vegetación y el arroyo, los animales no humanos, la vida cotidiana y el clima, las viviendas, las paredes y los patios, las calles de tierra y la basura acumulada, las ocupaciones y el trabajo, el transporte y la alimentación, además de las relaciones sincrónicas entre estos elementos descriptivos. De esta manera, el artículo pretende contribuir no sólo a actualizar el mapeo de la historia socioambiental de este ecosistema amenazado de extinción, sino también sugerir que estas particularidades sean tomadas en cuenta en futuros contextos de epidemias y pandemias.

Palabras-clave: Cotidiano. Covid-19. Ecosistemas. Espacio urbano. Vulnerabilidades.

1. Introdução

O terreno sobre o qual se desenvolve a nossa pesquisa é o chão que toca os nossos pés e nos dá firmeza. Contudo, tal como o espelho da água do córrego que o atravessa, ele é também o chão que reflete e interliga cada céu particular em nossas cabeças, cada uma das nossas esperanças, dos nossos sonhos, para fazer uma analogia com a ideia de Gregory Bateson (1986), de não separação entre a mente e a natureza.

Neste terreno, representado na figura 1, apresentamos a experiência dos corpos dos seres actantes¹, humanos ou não, na mesma dimensão geográfica do próprio chão, ou seja, como territórios de passagem de efeitos, marcas e vestígios de outros, e como acontecimentos cultivados em encontros uns com os outros (Bondía, 2015). Aqui, a história do pesquisador, morador da região, se entrelaça com a história de Dona Cláudia, principal interlocutora da pesquisa e moradora de longa data que o viu crescer. Por sua vez, a história de Dona Cláudia se liga à história dos seus vizinhos humanos e não humanos, por exemplo, à história das carnaúbas, dos sapos e dos falcões. Ao mesmo tempo, todos nós nos relacionamos com a história socioambiental do território da Comunidade São Francisco e do ecossistema dos carnaubais na várzea do Rio Maranguapinho.

Figura 1 – Comunidade São Francisco às margens do córrego do Rio Maranguapinho, Rua Umuarama, Granja Lisboa, Fortaleza-CE.



Fonte: Autor, 2022.

¹ Em Latour (2012), a palavra actante é usada para se referir a agentes humanos e não humanos, incluindo ferramentas, objetos e “paisagens naturais” que também são capazes de agir.

Ao compreender que a história dessa região se constrói na união de todas as histórias dos seres que a habitam, na criação e quebra das linhas de uma malha socioambiental, nossa configuração científica, sob a virada ontológica (Ingold, 1994), coloca que a experiência de vida não é vivida apenas dentro do corpo, mas no fluxo de materiais e seres, em que cada criatura é a sua própria história, mas também a história dos outros e do ambiente.

Portanto, diferentemente dos estudos epidemiológicos quantitativos que analisam variáveis socioeconômicas mais gerais, como o índice de Gini, por exemplo, e, apontam a sua correlação desigual com os níveis de risco e de mortalidade (Figueiredo *et al.*, 2020), o nosso estudo qualitativo aborda o ambiente de uma forma diferente para compreender de uma forma particular os resultados iníquos da pandemia de Covid-19 numa comunidade pobre. Pois, como acontecimento global e transversal, a pandemia pressiona para surgir uma perspectiva ecológica, em que o cotidiano humano não seja pensado fora do ambiente e da sua complexidade.

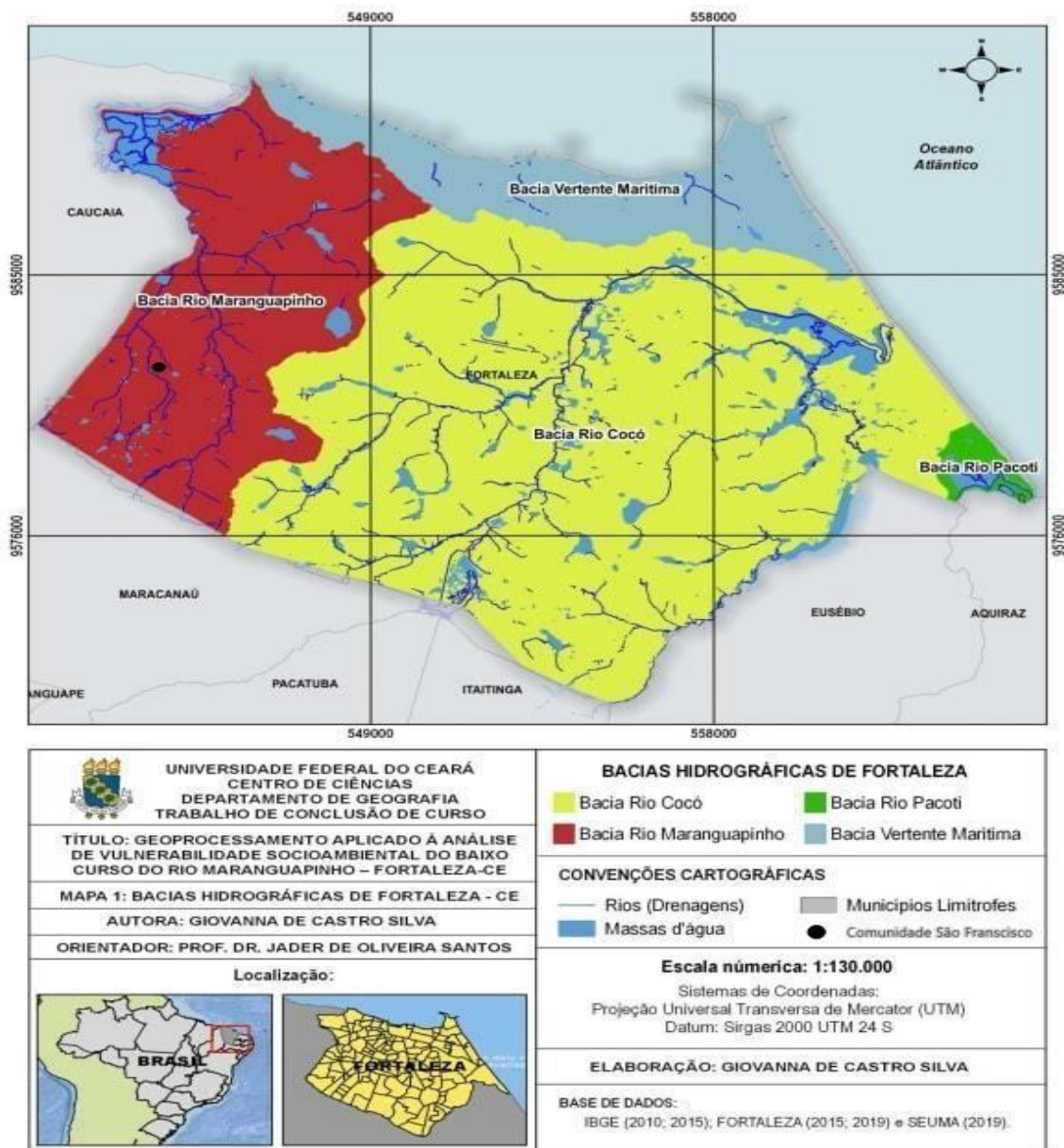
Este artigo apresenta a Comunidade São Francisco, situada na periferia da cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Localizada nos limites desse município, encontra-se na fronteira oeste com Caucaia e ao sul com Maracanaú, conforme ilustrado na figura 2. Essa região está localizada em uma várzea, território com declive que apresenta características de inundação (Marques, 2018), e que remonta ao ecossistema dos carnaubais. Trata-se de uma extensa planície aluvial às margens do Rio Maranguapinho, que nasce na Serra de Maranguape e percorre diversos municípios ao longo de seu trajeto de 34 quilômetros.

O Rio Maranguapinho, quando chega a Fortaleza, pelos bairros Planalto Vitória e Canidezinho, infiltra-se no solo e forma o Parque Urbano Lagoa da Viúva. É dessa lagoa que surge o “Canal Leste”, origem do córrego que é berço da Comunidade São Francisco, bem no meio da bacia hidrográfica, e que passa por vários bairros, como Bom Jardim, Granja Portugal, Conjunto Ceará e Genibaú, até desaguar no Rio Ceará pelo Tabapuá.

Enquanto isso, outra parte do leito do Rio Maranguapinho segue do Canidezinho para o Parque São João, Siqueira, Granja Portugal e Autran Nunes, até reencontrar sua primeira parte, entre o Tabapuá e o Antônio Bezerra.

Todos esses diversos afluentes que compõem a bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho deságuam no Rio Ceará, em Caucaia, até sua foz no Oceano Atlântico (Sales, 2004). Infelizmente, porém, toda essa várzea constitui hoje uma região ameaçada pela urbanização, pois, segundo estudos que analisam sua situação, a poluição reserva-lhe um destino de extinção futura (Maia, 2008).

Figura 2 – Bacias hidrográficas de Fortaleza-CE.



Fonte: (Silva, 2019).

Todos esses diversos afluentes que compõem a bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho deságuam no Rio Ceará, em Caucaia, até sua foz no Oceano Atlântico (Sales, 2004). Infelizmente, porém, toda essa várzea constitui hoje uma região ameaçada pela urbanização, pois, segundo estudos que analisam sua situação, a poluição reserva-lhe um destino de extinção futura (Maia, 2008).

No estudo “Aglomerados Subnormais”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), a comunidade é denominada plasticamente como “João XXIII”, em referência à sua rua principal, que dá acesso às diversas vielas. Segundo esse levantamento, a área conhecida pelos moradores como “Mangueiras” é classificada como “Comunidade do Canal Leste”, enquanto algumas residências situadas na margem oeste do córrego, na Rua Umuarama, sob a nomenclatura de Rua Gabriel da Silva, são registradas como parte do cluster “Granja Lisboa”. Contudo, na prática cotidiana e na percepção dos moradores, todas essas áreas se integram sob uma identidade comum: “São Francisco”, que se estende até a Rua Três Corações.

Segundo o IBGE (ib.), a comunidade possuiria 209 domicílios. No entanto, na realidade prática, considerando as extensões de um grande aglomerado formado pelo intercruzamento das pessoas e suas relações, há mais de 280 habitações, onde vivem aproximadamente 1.120 pessoas. Ainda que nossas estimativas possuam limitações de precisão, esse número reflete um cenário mais condizente com a vivência local e a dinâmica do crescimento urbano na região.

Desse modo, embora a média seja de quatro pessoas por habitação, essa quantidade varia bastante. O número de moradores depende da trajetória de vida de cada responsável pela família. Porém, é comum que mais de uma família compartilhe a mesma residência, e, em alguns casos, há casas que chegam a abrigar até oito pessoas no mesmo espaço.

No território, que conta com aproximadamente treze ruas, vielas e travessas, a maioria dos moradores é jovem. Por isso, durante a pandemia de covid-19 (2020–2023), a Comunidade São Francisco refletiu, em escala microssocial, a dinâmica da sociedade em geral, com a maioria dos óbitos concentrada entre idosos e adultos com comorbidades, sem registros de mortes entre crianças ou adolescentes.

Esse perfil jovem da comunidade está diretamente ligado a um elevado número de nascimentos, impulsionado por fatores históricos e socioeconômicos, como os altos índices de gravidez na adolescência, comuns em contextos periféricos. Além disso, relaciona-se a baixa expectativa de vida e a alta mortalidade de homens jovens, especialmente negros, resultantes das condições precárias de existência na base da pirâmide social, e por serem alvos

preferenciais da violência urbana. Dessa forma, territórios marginalizados como a São Francisco, compostos predominantemente por pessoas pretas e pardas, tornam-se paradoxalmente tanto berços quanto sepulturas urbanas.

Nesta região, há diversos elementos que compõem a complexidade da vida. Ao analisar a história do ecossistema de várzea do Rio Maranguapinho, buscamos destacar as interações entre natureza e sociedade que podem influenciar riscos e vulnerabilidades específicas deste território em contextos epidemiológicos.

2. Desenvolvimento

2.1 Métodos e materiais

Um novo paradigma dissensual nas ciências humanas emerge de uma perspectiva ecológica, buscando restaurar as dimensões do ambiente que estavam relegadas apenas às “ciências naturais”, uma vez que o “homem” moderno construiu uma entidade de si ao se ver emancipado da natureza (Descola, 2005). Nessa perspectiva de recomposição do ambiente (Ingold, 2000), procuramos devolver a capacidade de agência às ferramentas e aos seres não humanos. Com apoio na visão pós-estruturalista de Latour (2019), em que a história de cada ser interferirá na flutuação de todos os outros. Assim, entendemos a malha socioambiental como este espaço-tempo marcado pela qualidade da afetação mútua, definida por nós como esta comunhão interdependente da experiência.

Conforme a nossa interpretação do conceito de malha socioambiental, nos apoiamos em Tim Ingold (2000, p. 242) para descrever essa ideia central, para quem na realidade complexa:

[...] o mundo não está pré-montado para ser ocupado pela vida [...] os caminhos da vida não são pré-determinados como rotas a seguir, mas devem ser continuamente elaborados de novas maneiras. E esses caminhos, longe de estarem inscritos na superfície de um mundo inanimado, são os mesmos fios com que se tece o mundo vivo.

Baseamo-nos na noção de realidade constituída hegemonicamente por processos ou fluxos estocásticos, em que as coisas são sequências históricas e cada desenvolvimento têm implicações mútuas no campo das possibilidades. Tais implicações escapam ao determinismo das estruturas pré-construídas e ao universalismo clássico da ciência, como a velha dicotomia artificial entre escolha individual e condição/desígnio ambiental.

Nesse sentido, apesar de não nos aprofundarmos na trajetória da pandemia da Covid-19, esse contexto ilumina a temporalidade do nosso estudo. Nossa configuração científica sociológica esteve atenta a pistas e sinais socioambientais (Ginzburg, 1990), que facilitam a recomposição da história do ecossistema da várzea do Rio Maranguapinho e da Comunidade São Francisco. Fazemos isso sem buscar determinantes estruturais, mas apenas contingências sequenciais que se tornam casualmente apropriadas e só tem valor heurístico quando estão, particularmente, vinculadas a itinerâncias e movimentos que fundem actantes e malhas socioambientais em uma única coisa, não reduzidas a campos e agentes.

Para isso, nosso esforço qualitativo recupera a história da região por meio de uma revisão bibliográfica de estudos realizados sobre esse ecossistema e de histórias de seus antigos moradores. Ao mesmo tempo, utilizamos a etnografia como método para coletar materiais ou elementos que interpretamos como essenciais para o enquadramento socioambiental do cotidiano no território da Comunidade São Francisco na bacia do Rio Maranguapinho. Acima de tudo, as dimensões da vegetação e do córrego, dos animais não humanos, do clima, das casas, dos muros e dos quintais, das ruas de terra e do lixo, das ocupações e do trabalho, do transporte e da saúde, além das relações sincrônicas entre esses elementos descritivos.

Utilizando a técnica de escrita de diário de campo, “como meio de produzir conhecimento a partir de intenso envolvimento intersubjetivo” (Clifford, 2014, p. 20), contamos com a escuta de relatos mnemônicos de cerca de 50 residentes em conversas informais e nas percepções obtidas em experiências exploratórias ao longo de 4 anos. Como o autor é pesquisador e morador da região da várzea do Rio Maranguapinho, contamos com familiares e amigos na Comunidade São Francisco e, por isso, gostaríamos de agradecer a todos esses interlocutores que possibilitaram nosso trabalho de campo.

2.2 Análise e resultados

Essa região, que chamamos de várzea do Rio Maranguapinho, segundo os relatos de antigos habitantes, era chamada de “Estiva²” ou “Veneza”, por possuir uma história ecológica que remonta ao ecossistema das florestas inundadas das carnaúbas, em uma região pantanosa.

² Substantivo feminino e termo naval: fundo interno de um navio.

A própria infância do pesquisador é cercada não só pela paisagem, mas também pela ação de lembranças das carnaubeiras, palmeiras da espécie *Copernicia prunifera*, conforme ilustrada na figura 3. Essa árvore é símbolo do Estado do Ceará e se caracteriza por ter seu tronco fino debaixo d'água e uma copa arredondada onde se concentram suas folhas. Entre essas memórias, há, inclusive, a de uma carnaúba específica, que via da varanda da casa onde cresceu, na Granja Portugal, de onde observava um ninho de coruja, em cima no topo.

Hoje, infelizmente, a urbanização e a poluição extinguiram parcialmente o habitat de muitos animais. Em especial, a derrubada das carnaúbas para a construção de casas impactou severamente as corujas, que praticamente não são mais vistas. As suindaras, como a *Tyto furcata*, conhecidas popularmente como “rasga-mortalhas”, são corujas bastante afetadas, com cinco espécies ameaçadas e algumas já extintas na natureza.

Além da perda do local onde faziam seus ninhos, as aves sofrem com a captura para venda em feiras da região e com a perseguição motivada por crenças populares. Ainda hoje, persiste o mito de que seu canto no alto de uma casa anuncia a morte de alguém — uma superstição que se manteve viva, mesmo diante do cenário de luto coletivo da pandemia de covid-19.

Portanto, sob os vestígios desse habitat modificado pela urbanização, a relação entre seres e o ambiente continua. Mesmo que a Cidade e sua ideia de modernidade, sob a estética do concreto, do artificial e “antinatural”, tenham sido brutais com a vegetação e a biodiversidade dessa região, nos brejos da várzea do Maranguapinho ainda há muita vida. Prova disso é o áudio da sinfonia de sapos e grilos coaxando durante o inverno de 2022, que pode ser acessado através do link disponível em: <<https://youtu.be/cXi8NcskvRw>>, acesso em: 05/03/2024.

Figura 3 – Resquícios das florestas nativas de carnaúbas na região metropolitana de Fortaleza.



Fonte: Autor, 2022.

Na época chuvosa, de janeiro a março, eventos como a sinfonia dos sapos e grilos surgem e se entrelaçam às trajetórias de vida dos seres e do ambiente. Esses eventos, que não são oficiais, mas se configuram como ritos de passagem no cotidiano socioambiental, demarcam informalmente a rotina de seres humanos e não humanos.

Aqui, nas áreas de várzea, os brejos, que eram o principal *habitat* do ecossistema antes da habitação humana, adormecem durante o período seco, bastando uma primeira precipitação para que eles renasçam, resistindo sobretudo à noite, quando as cigarras se juntam à sinfonia, que pode ser ouvida a uma longa distância.

Assim, embora as corujas tenham se tornado praticamente inexistentes, contamos também como prova da rica biodiversidade, os cantos de outras aves de rapina desta região, principalmente nos dias frios, depois das chuvas. Agora, como não encontram mais carnaúbas para abrigá-las, essas aves agora sobrevivem construindo seus ninhos nos telhados das casas altas ou nas torres de rádio e telefonia, que se proliferam na paisagem urbana.

No vídeo que pode ser acessado através do link disponível em: <<https://youtu.be/di2FyXBY3u4>>, acesso em: 05/03/2024, capturamos a rotina desses actantes, numa interação que parece ser um ritual de acasalamento ou uma exibição do macho de um casal de gaviões, aparentemente da espécie *Rupornis magnirostris*, conhecida como gavião-carijó. Essa espécie é muito comum na região, pois se alimenta facilmente da abundante quantidade de ratos, pombos e pardais deste ambiente urbano.

Além disso, esse vídeo também evidencia um fenômeno contingente extremamente curioso ocorrido durante a pandemia de covid-19: a drástica redução da mobilidade e da atividade humana. Naquele período, pudemos perceber como os animais não humanos selvagens e o restante da natureza experimentaram um alívio momentâneo, retomando a ocupação e a exploração de paisagens naturais, mesmo dentro das cidades. Enquanto nós estávamos “enjaulados” em casa, com as indústrias paradas e as rodovias vazias, a fauna urbana encontrou novas oportunidades de circulação e ressignificação dos espaços.

A Comunidade São Francisco é, portanto, um espaço de convivência que se situa dentro dessa região natural rica em biodiversidade e em perigo de extinção, banhada por um dos córregos de águas poluídas da bacia do Rio Maranguapinho, oficialmente chamado de “Canal Leste”. Esse afluente em particular, que atravessa a São Francisco e poderia trazer água potável, sobretudo no contexto da pandemia de Covid-19 em que lavar as mãos é uma recomendação médica universal, e, dado que na rede normal de abastecimento, tubulações distantes provocam falta constante de água, infelizmente, foi transformado pelo lançamento direto de efluentes, inclusive industriais, ao passar pelo complexo industrial de Maracanaú. É interessante notar aqui que quando essa água fica suja, ela deixa de ser água, assim como um riacho passa a ser chamado de “canal”, como se perdesse sua natureza, passando a ser um produto da sociedade humana e, portanto, como se fizesse parte de um “fora” da natureza.

Esse córrego, actante não-humano (Latour, 2012), faz jus ao título de morador mais antigo da São Francisco por chamar a todos à sua presença. Hoje em dia, ao entardecer, ele convida os moradores a pegarem suas cadeiras de plástico para se sentarem nas calçadas ao

longo de suas margens, com vasos e jardins ornamentados de plantas, ou a ocuparem os bancos e as mesas de cimento, feitas pelos próprios vizinhos, enquanto o sol se põe e as crianças correm brincando descalças no chão. O córrego, é verdade, é o primeiro habitante da Comunidade São Francisco, pois ali esteve desde os primórdios das terras distantes e desvalorizadas da região dos carnaubais, que pertenciam quase inteiramente à Família Albano³, desde a época da repartição das sesmarias pela Coroa Portuguesa até o século XIX.

Dessa forma, contar a história do ambiente às margens do Rio Maranguapinho é também contar a história de uma comunidade que se formou nessas terras pantanosas, que, sem infraestrutura e desvalorizadas, acabaram se tornando uma brecha na especulação imobiliária urbana. Nessa trajetória histórica do território, o córrego da São Francisco foi um grande atrator, reunindo famílias que não tinham onde morar, pois, embora as terras estivessem sob a posse de grandes proprietários, brechas nas margens dos riachos, assim como outras áreas próximas a estradas e pontes, foram sendo ocupadas por pessoas à margem da sociedade legal e de direitos.

Essa ocupação ocorreu durante o século XIX, sobretudo com o êxodo rural, que levou as vítimas das constantes secas no interior do Ceará a se instalarem nessas lacunas da região periférica. Da mesma forma, a ocupação também ocorreu como alternativa das camadas mais pobres expulsas das favelas e cortiços devido à gentrificação e às reformas “sanitárias” do centro de Fortaleza durante a *Belle Époque* (Ponte, 1999). Esse higienismo legitimava politicamente uma ideia errônea de que lugares de pobreza eram sinônimos de lugares de doenças, uma vez que as elites locais buscavam se desvencilhar dos males sociais da desigualdade que cercava o centro urbano onde habitavam. Um preconceito que se atualiza no contexto do isolamento social durante a pandemia de covid-19, ao reforçar a segregação entre as classes por medo de contaminação.

Pelo que foi expresso nas falas dos moradores da São Francisco, no início as casas eram feitas apenas de “palafitas”, sistema construtivo utilizado em regiões propensas a inundações, usando principalmente madeira. Segundo eles, no início da comunidade, pelo menos a partir da segunda metade da década de 1940, as pessoas viviam numa espécie de sertão urbano aliado a um estilo de vida ribeirinho.

³ Cf. Blog Fortaleza Nobre. Disponível em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2011/11/conjunto-ceara-o-antigo-carnaubal-da.html>> Acesso em: 04/03/2024.

Corroborando com esses relatos, embora mais recentemente, há uma memória do próprio pesquisador sobre essa região baixa do Maranguapinho. Nos canais das Avenidas C e G do bairro Conjunto Ceará e na ponte do bairro Bom Sucesso, quando chovia muito e os córregos — chamados de “canais” — transbordavam, era comum ver pessoas pulando e tomando banho, além de outras surfando com isopores e tábuas. Hoje, entretanto, as relações com esses espaços se transformaram e temos uma consciência diferente dos riscos à saúde, decorrentes da exposição que esse entretenimento pode causar. Naquela época, porém, acreditávamos que a sujeira diluída no volume da água da chuva permaneceria externa à nossa pele.

Como os “canais” agora estão muito mais poluídos devido ao aumento populacional e à falta de tratamento dos resíduos urbanos, somados às novas circunstâncias epidemiológicas da pandemia da covid-19, nem mesmo as crianças mais corajosas se arriscam. Sendo, dessa maneira, que essas transformações acabaram com o costume de “brincar com os riachos” durante a chuva, apagando esse vestígio da vida ribeirinha que resistiu por muito tempo, mesmo com a urbanização e a contaminação da água.

Contudo, essa condição de vida que está presente até hoje na população pobre moradora da São Francisco nem sempre é lembrada com nostalgia. Como nas histórias de vida que recuperamos de antigos moradores, o córrego da São Francisco e a chuva foram alavancas que muitas vezes funcionaram juntas no passado. São muitas as histórias de como as chuvas fizeram com que o córrego transbordasse e invadisse as casas, causando muitos prejuízos. Um dos eventos extremos mais recorrentes nas memórias de nossos interlocutores foi a chuva histórica de 24 de maio de 1997⁴, a maior chuva do século XX, 270 mm, em que o Rio Maranguapinho transbordou, deixando muitas famílias desabrigadas.

Não é à toa, historicamente, no entrelaçamento entre razão e emoção — indissociáveis na contingência da realidade —, os habitantes humanos dessas margens escolheram um nome que representasse o seu desejo de proteção e esperança: São Francisco. Embora as origens desse nome não sejam conhecidas com certeza e falem informações mais detalhadas, muito devido à fragilidade da preservação das memórias populares nas periferias, sabemos que São Francisco, o santo “dos pobres”, é amplamente associado às causas dos mais necessitados,

⁴ Cf. Reportagem “Fortes chuvas em Fortaleza, impactos e lições futuras”. Disponível em: <<https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/2022/05/18/grandes-chuvas-em-fortaleza-impactos-e-aprendizados-futuros.html>> Acesso em: 04/03/2024.

auxiliando em seus sofrimentos. Por essa razão, muitas comunidades no Brasil adotam seu nome em homenagem, e esse parece ter sido o caso deste território.

Um registro autêntico dessa relação, na qual os valores sociais da humildade, altruísmo e esperança são sacralizados num ideal religioso e na figura de São Francisco de Assis, encontra-se no livro “A fome”, do escritor cearense Rodolfo Teófilo (2002). Esse autor foi testemunha ocular de um período da história de Fortaleza bastante semelhante ao contexto da pandemia de covid-19, quando a cidade enfrentou outra crise múltipla — desta vez, resultante da sincronia entre o flagelo social da seca e a epidemia de varíola no século XIX. Mencionamos isso porque, nesse livro, o autor retrata, na personagem “Quitéria”, a forte devoção que as pessoas tinham por São Francisco naquela época. Para seus fiéis, tanto de ontem quanto de hoje, não há nada que São Francisco não possa alcançar para aqueles que são pobres, mas bons de coração. Na oração que é atribuída a São Francisco, um trecho diz: “onde houver desespero, que eu leve a esperança”, e essa são palavras que sempre terão muito significado para as trajetórias de vida inópia nas periferias das cidades.

Curiosamente, entretanto, se as raízes do nome evidenciam as marcas de um território historicamente associado à miséria e ao sofrimento, também revelam as contradições inscritas nas trajetórias de mudança que marcam um lugar. Elas mostram como o sentido de um espaço pode se perder ou se ressignificar, pois, atualmente, apesar do nome de santo, a Comunidade São Francisco possui uma população majoritariamente evangélica. Dividida em, pelo menos, três igrejas neopentecostais: Assembleia de Deus — Ministério Missão de Cristo, Assembleia de Deus — Templo Central Residencial Bom Jardim II e Igreja Batista.

Na verdade, essas igrejas são hoje algumas das instituições com maior influência direta sobre a vida cotidiana dos moradores, para o bem e para o mal. Inclusive, em um de nossos diários de campo, em que não revelaremos nomes por motivos éticos, um de nossos interlocutores nos informou:

[...] no último *lockdown*, quando a Igreja não podia abrir, o pastor convocou os cultos a portas fechadas para que ninguém soubesse. Ele disse que qualquer pessoa que tivesse fé em Jesus Cristo não adoeceria com essa doença. Eu não fui, mas minha esposa foi e ainda me acusou de ter me distanciado da palavra de Deus. (Diário de campo, 25 de abril de 2021).

De qualquer forma, para seguir a trajetória dessa comunidade que se autodenominou São Francisco, conforme relatam os moradores mais antigos da região, as terras de brejos e várzeas foram sendo transferidas das oligarquias para outras famílias menores do então Distrito de Parangaba. Apesar de menores, essas famílias também detinham poder e influência, como a família “Castro Carioca”, que, ainda na década de 1930, adquiriu uma grande fazenda denominada “Tatumundé”, abrangendo toda a região do chamado Grande Bom Jardim, incluindo a São Francisco.

Contudo, em 1951, o Sr. Teodoro de Castro, que hoje dá nome a uma avenida na região, faleceu vítima de infarto. Diante disso, a matriarca Dona Maria Alves Carioca, cujo nome hoje se intitula uma escola de ensino médio e um conjunto residencial na região, assumiu a responsabilidade pelos negócios da família.

Na década seguinte, embora a família afirmasse que a decisão de lotear e vender as terras às famílias de trabalhadores recém-chegados à região tenha sido tomada por Dona Maria em conjunto com seus filhos, a realidade é que muitas dessas terras já haviam sido ocupadas espontaneamente por pessoas que ali estabeleceram seus lares. Então, em 1963, as terras da família Carioca sofreram uma intervenção estatal na propriedade para fins de utilidade pública, sofrendo expropriação para que cumprissem função de moradia em uma cidade que crescia aceleradamente e exigia a ocupação de todos os seus limites.

Desse modo, aqueles que ainda não ocupavam as sobras mais desvalorizadas dos terrenos, a duras penas, financiaram um dos vários lotes nos quais o espólio foi dividido. Na ocupação desses espaços, alguns moradores conseguiram autorização para escriturar, mas a maioria optou por não fazer, em uma estratégia comum entre as famílias populares, já que sempre foi e ainda é um processo oneroso. Segundo os relatos dos moradores sobre suas casas, a grande maioria nunca obteve nenhum documento oficial.

Quando mais famílias pobres ocuparam os terrenos cercados da várzea da São Francisco, nas décadas de 1950 e 1960, esse processo levou ao surgimento de galpões de zinco e à construção de algumas casas maiores de alvenaria, substituindo as cercas por muros e fachadas. Naquele período, pequenos comércios e feiras de alimentos, abastecidos pela Central de Abastecimento S.A. (CEASA), impulsionaram a economia local e contribuíram para que a comunidade se integrasse, por conurbação, ao crescimento da malha urbana de Fortaleza.

Posteriormente, esse processo de crescimento deu origem a uma hibridização do estilo de vida urbano (Lins, 2020). Ao mesmo tempo que se consolidava a predominância das casas de alvenaria, como ocorre atualmente, no entanto, misturavam-se características rurais⁵, que nunca foram completamente eliminadas. Essas quais, se manifestam ainda hoje, de diversas formas: na criação de animais para consumo, como galinhas, vacas e porcos; na presença de animais de estimação, como gatos, cães, cavalos e pássaros; nas ruas e vielas de terra batida; na vegetação cultivada em quintais e espaços públicos, como jardins e pomares; nas dificuldades educacionais, refletidas na baixa escolaridade e na evasão escolar; e no estilo de vida simples, religioso e semitradicional da maioria dos moradores.

Nesse contexto histórico, algumas casas maiores na São Francisco surgiram somente nas décadas de 1980 e 1990, pela junção de casas menores e pelo acréscimo de andares na base da autoconstrução. Um processo no qual os próprios moradores são responsáveis pelo serviço, contando geralmente com a ajuda de familiares. Por exemplo, algumas mercearias, cujos donos moravam no andar de cima, agora possuíam varandas.

Assim, não é incomum andar pela Várzea e ver casas incompletas, pois as pessoas começam devagar, com os recursos que têm, e só continuam quando entra mais dinheiro. Os moradores dessas casas dizem que morar em uma residência autoconstruída é como viver em um "canteiro de obras" permanente, pois há sempre materiais de construção armazenados, mesmo sem obras em andamento.

Contudo, a autoconstrução e as reformas foram atenuadas pelas crises das últimas décadas e pela recente pandemia de covid-19. Tempos que dificultaram bastante a parcela de renda, além da sobrevivência, necessária para esse investimento familiar, o qual observamos ser o principal para toda uma vida, em muitas trajetórias.

Ainda assim, mesmo em uma situação desfavorável para a autoconstrução, podemos ver mais claramente, nas casas resultantes desse processo, o fenômeno da personalização, que ocorre com cada casa quando ela adota as características de seus moradores, como parte da relação mútua e simbiótica entre esses dois elementos na malha.

⁵ Esse adjetivo é aqui utilizado apenas para facilitar a racionalização das distinções das condições e raízes históricas da Comunidade São Francisco, construída com as histórias de muitos imigrantes do interior do Ceará. Porém, devemos atentar que não nos referimos à razão obsoleta de progresso, que prioriza o urbano em relação ao rural e que fez com que as cidades se tornassem a negação da natureza, sob o pilar da ideia colonial e moderna de civilização.

Esse é o caso de uma residência na Rua São Luís do Oeste, número 584, no centro da São Francisco, que chama a atenção por exibir, como decoração em seu telhado, duas estátuas totêmicas: um gavião e um sapo, dois animais não humanos que, como vimos, são muito relevantes para a fauna da várzea do Maranguapinho. Com a ajuda do Google *Maps*, tivemos acesso ao registro visual, conforme a figura 4 abaixo, de dois momentos da trajetória dessa casa no tecido socioambiental, mudando, assim como outros seres em mutação, e permitindo-nos visualizar sua evolução ao percebermos as diferenças em sua configuração.

Figura 4 – Registros das transformações da casa 584 na Comunidade São Francisco entre 2012 e 2022.



Fonte: Google Maps, 2012-2022.

À esquerda, na figura 4, em 2012, a casa 584 era o “Bar e Restaurante Baleia”, como escrito em letras azuis na sua fachada na época. Já mais recentemente, à direita, em 2022, passou a ter exclusivamente uma função residencial. Ela, agora, é adornada com as estátuas no telhado, no lugar da antiga antena de televisão, além de um crucifixo acima do número da casa, refletindo nessa sua transformação a mudança de seus proprietários, que se tornaram evangélicos.

Uma casa média na Comunidade hoje em dia é uma típica casa geminada, como a de número 582, que consiste em duas casas construídas juntas, compartilhando uma parede comum. A residência padrão hoje é aquela na qual o espaço se organiza em um único corredor, que cria um único “vão” na casa, sem portas entre os cômodos. A casa começa por uma sala, seguida por um quarto, geralmente separado do corredor apenas por cortinas, passando por uma cozinha com banheiro integrado e terminando no exterior, em uma área de lavanderia ou quintal. Os quintais normalmente permitem ver os quintais vizinhos, criando um espaço privado que também pode ser considerado público nesse aspecto. Como lembra Dona Cláudia, antigamente não era raro que os quintais se integrassem em um mesmo espaço compartilhado, facilitando a vida. “Porque ninguém tinha a roupa roubada”, exemplifica ela, já que os varais estavam ao alcance dos olhos de todos.

Portanto, ao descrevermos essa dimensão habitacional da Comunidade São Francisco na atualidade, e cruzá-la com o contexto da pandemia de covid-19, é bem verdade que essa tragédia anunciada no Brasil deve, em parte, o seu “sucesso” a essas condições precárias nos territórios periféricos. Nesse terreno fértil, as pessoas vivem confinadas em pequenos cubículos mal arejados, amontoadas devido ao grande número de moradores por habitação, e dispostas irregularmente em vielas estreitas, o que coloca os vizinhos muito próximos uns dos outros.

Entretanto, embora a densidade populacional seja um fator de vulnerabilidade, ela isoladamente não explica o desenvolvimento e os resultados desiguais dessa pandemia entre as populações mais pobres. Exemplos de cidades com altíssimas densidades, como Taipei, Tóquio e Singapura, que registraram menos casos de covid-19 do que cidades europeias com baixa densidade (*Worldometers*, 2020), desmontam qualquer tentativa de estabelecer uma relação causal linear entre densidade e disseminação da doença.

Inclusive, Fortaleza, que apresenta a maior densidade demográfica entre todas as capitais brasileiras, com 7.786 hab./km² (IBGE, 2019) — superando até mesmo São Paulo, a maior cidade do país — registrou quatro vezes menos mortes que esta última (Fortaleza, 2024). Dados que sugerem que outros fatores, como infraestrutura urbana, acesso a serviços de saúde, políticas públicas e desigualdade socioambientais, também foram condicionantes para os impactos da pandemia em diferentes contextos urbanos.

Por conseguinte, ao exercitarmos essa sensibilidade, a principal lição é a necessidade de considerar a complexidade dos fatores ambientais e suas relações entremeadas, bem como o impacto particular dessas contingências em uma conjuntura epidemiológica. Por exemplo, é fundamental lembrar que o desastre da pandemia de covid-19 ocorreu sob condições de carestia, fruto do legado de políticas neoliberais no Brasil. Porém, ao mesmo tempo, é essencial considerar o papel da solidariedade entre vizinhos, que dá significado de comunidade ao lugar, seja por meio da ajuda financeira a famílias que enfrentavam dificuldades devido à crise gerada pela covid-19 — como a perda de entes provedores ou do emprego —, seja pelo apoio em outras dimensões, como o cuidado e a atenção aos vizinhos adoecidos.

Além disso, é importante destacar o impacto da violência, da ordenação social e da mediação paralela de conflitos no cotidiano da Comunidade São Francisco. Violência que, apesar de suas muitas formas, pode ser ressaltada em duas manifestações relevantes e dialéticas que emanam do Estado: a violência pela sua presença, expressa na ostensividade e truculência policial, e a violência pela sua ausência, evidenciada no descaso com a população desassistida.

Em um território onde coexistem atividades marginais e mercados ilícitos, a *scelestus pax* (paz criminosa) promovida por determinados grupos também foi um fator relevante durante a pandemia de 2020. Pois, essa dinâmica influenciou tanto o cumprimento (ou não) do isolamento social rígido, quanto a imposição de regras que restringiram certos crimes, como roubos e homicídios, dentro da comunidade.

Nas pinturas e grafites dos muros da Comunidade São Francisco, observamos representações da paz manifestadas na possibilidade de as crianças brincarem na paisagem periférica. Em uma de suas entradas, na Rua Luminosa, chama a atenção uma frase numa pichação: “São Francisco, lugar de paz”, agindo como se apoiasse discursivamente um estado desejado coletivamente, e que, por isso, necessitasse ser cuidado, sempre externado como em uma oração. Essa é uma carência que sempre se encontra nos planos e horizontes dos

moradores da Comunidade São Francisco, pois estes são atormentados por um histórico de guerra no passado, pela disputa do controle do território entre grupos criminosos e pelo medo de viver em paz permanentemente de forma incompleta.

Assim, para nós, caracterizar os modos de ser do ambiente às margens do Maranguapinho é também um aprendizado no sentido de recompor as mutações do ecossistema e buscar as consequências que a afetação mútua da malha socioambiental gera nos modos de ser dos actantes.

Desse modo, ainda no que concerne às relações do ambiente natural da Comunidade São Francisco, devemos falar não só da nova relação socioambiental com a doença da covid-19, mas também das doenças que a comunidade tem que lidar historicamente, já que, nessa trilha, as doenças são pontos de inflexão entre sociedade e natureza.

Um dos maiores problemas da São Francisco é a grande presença de lixo, composto pelos variados objetos descartados, tanto na vegetação quanto nos canteiros, nas ruas (conforme observável na figura 5) e em terrenos baldios. Aqui, como na maioria dos locais da periferia de Fortaleza, há ainda o agravante de que o caminhão de lixo de tamanho convencional não consegue passar pelas vielas estreitas. A coleta pública não consegue dar conta da grande produção de lixo de um estilo de vida consumista e não tem solução para esse grande volume descartado.

Claro que a educação ecológica de não jogar lixo no ambiente é algo desejável para as populações das favelas, porém fica muito fácil acusar uma essencialidade dessas pessoas como “suja” quando se mora num lugar saneado, onde o Estado já proveu toda a estrutura. As populações mais carentes são incapazes de realizar a coleta pública de lixo de forma independente e, além disso, não recebem este serviço básico de cidadania. Consequentemente, o descarte inadequado de resíduos se torna uma consequência da marginalização dessas pessoas, que são obrigadas a lidar com o manejo dos resíduos domésticos sem os recursos necessários. Além da educação, é necessário fornecer soluções para que não precisem criar as suas próprias com base apenas em suas consciências ambientais.

Esse tipo de situação é definida por Barthe, Akrich e Rémy (2011) como uma controvérsia na saúde ambiental, pois, enquanto as populações carentes são frequentemente responsabilizadas por sua suposta falta de higiene, ao mesmo tempo, quando adoecem, passam a ser vistas como vítimas de fatores ambientais.

Figura 5 – Continuação do córrego da São Francisco com concentração de lixo na Rua Umuarama, Granja Lisboa, Fortaleza-CE.



Fonte: Autor, 2022.

Com certeza, o lixo atua como alavanca para a mobilização da vizinhança dos moradores da São Francisco, conforme observamos na ação de algumas pessoas ao recolherem o lixo espalhado no canteiro, cortarem a grama, plantarem árvores e construírem banquinhos e mesinhas, a fim de dar outras funções para uma antiga área de despejo de lixo nas margens do córrego.

No entanto, o cenário de lixo acumulado (como observado na figura 5), e a poluição do córrego e dos matagais, os quais são resquícios do ecossistema dos carnaubais, de forma complexa, também são alavancas para relações que causam doenças e sofrimentos. Esses locais de acúmulo de lixo urbano tornaram-se *habitat*, na poluição da cidade, por exemplo, de ratos que podem transmitir leptospirose, sobretudo em enchentes, que carregam sua urina contaminada.

Frequentemente, também, as moscas que se proliferam no lixo espalhado transmitem uma virose conhecida popularmente como “virose da mosca”⁶, que causa disenteria e vômito.

Em nossas observações, entretanto, nessa vegetação, os mosquitos *Aedes aegypti* são os actantes mais preocupantes, podendo ser a maior ameaça letal ao ser humano hoje, pois transmitem não apenas uma, mas um conjunto de arboviroses, como dengue, chikungunya, febre amarela e zika. Anualmente, esses animais causam muitos transtornos com surtos dessas doenças, especialmente após as chuvas e do acúmulo de água parada no lixo.

Não à toa, registramos aqui a sincronia ocorrida durante a pandemia de covid-19, em 2022, entre essa nova doença e as enfermidades endêmicas transmitidas por mosquitos, como chikungunya e dengue. Naquele ano, enquanto as pessoas eram reinfectadas pelas novas variantes do vírus da covid-19, os casos de arboviroses aumentaram 15% no Ceará e, na capital Fortaleza, cresceram seis vezes em comparação a 2021⁷. No que se refere exclusivamente à dengue em Fortaleza, nos três anos de pandemia da covid-19, houve um aumento de 876% nos casos⁸, caracterizando uma epidemia que impactou de maneira mais contundente os mais pobres, uma vez que a transmissão do vetor está diretamente ligada às condições socioambientais precárias das periferias.

Assim, como atestam nossos registros, além de analisarmos essas doenças individualmente, é fundamental abordarmos suas relações síncronas, que evidenciam uma crise múltipla em diversos âmbitos. Como observou o antropólogo médico Merrill Singer (2009), vivemos em um contexto de “sindemias”, um neologismo que combina sinergia e pandemia para descrever a interação entre duas ou mais doenças em um determinado cenário social e ambiental.

Uma das interações mais recorrentes foi a “flurona”, termo utilizado para descrever a coinfeção por influenza e coronavírus. Entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro e no Ceará, a epidemia do vírus da gripe H3N2 agravou o cenário da crise sanitária do novo coronavírus, levando muitas pessoas a contraírem ambas as

⁶ Cf. Matéria “Virose da mosca’ atinge quase 5 mil pessoas por semana no CE em 2024”. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/virose-da-mosca-atinge-quase-5-mil-pessoas-por-semana-no-ce-em-2024-veja-sintomas-e-como-prevenir-1.3473243>> Acesso em: 04/03/2024.

⁷ Cf. Notícia disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/05/02/casos-de-chikungunya-em-fortaleza-crescem-seis-vezes-em-comparacao-a-2021.ghtml>>. Acesso em: 23 Jan. 2025.

⁸ Cf. Notícia disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/12/13/876-mais-casos-de-dengue-tres-anos-fortaleza-inicia-operacao-inverno.html>>. Acesso em: 23 Jan. 2025.

infecções simultaneamente⁹. Essa sobreposição é particularmente desafiadora, pois os quadros clínicos são muito semelhantes, ambas as doenças podem causar febre, dor de garganta e outros sintomas gripais, tornando o diagnóstico baseado apenas na avaliação clínica impreciso. A confirmação da coinfeção só pode ser feita por meio de testes específicos, o que representa um obstáculo adicional para a capacidade de vigilância epidemiológica.

Nesse ecossistema de existência difícil, essa é a realidade da comunidade que vive próxima ao córrego. Em suas ruas de terra, retratadas na figura 6, verminoses e parasitoses proliferam nos organismos humanos. As fezes de gatos, cachorros, galinhas, cavalos, vacas e outros animais criados dentro do território, misturadas ao chão de terra, contribuem para a incidência do “bicho do pé” (*Tunga penetrans*), especialmente entre as crianças, que insistem em andar descalças e jogar bola nas ruas dessa maneira.

De forma complexa, portanto, é preciso observar a polissemia das relações seres-ambiente e da noção de doença, considerando tudo que as inter afetam, como condições e alavancas socioambientais que contribuem para o adoecimento e a perda de saúde. Nesse sentido, aqui, é necessário incluir outras inter afetações que também fazem adoecer e estão relacionadas às chances de adoecimento pela covid-19: o trabalho precário e a baixa renda. Na Comunidade São Francisco, assim como em outras áreas da região da várzea do Rio Maranguapinho, os moradores são classificados como trabalhadores de baixa renda, o que acarreta diversas implicações. Conforme Alba Zaluar (2000, p. 34), essa identidade é aquela em que o morador se vê “como igual entre vizinhos, parentes, colegas e conhecidos” e deve-se justamente à “aquela homogeneidade social delimitada por limites de renda [...]”.

⁹ Cf. Reportagem “Caso de Flurona descoberto em Israel não é novidade no Ceará”. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2022/01/03/caso-de-flurona-descoberto-em-israel-nao-e-novidade-no-ceara-entenda.html>> Acesso em: 04/03/2024.

Figura 6 – Registro da Rua João XXIII na Comunidade São Francisco, Granja Lisboa, Fortaleza-CE.



Fonte: Autor, 2022.

A maioria ocupa postos de trabalho informal, como os de costura em tecido e vendedores ambulantes, mas também se incluem serviços de frete, limpeza automotiva ou lava-jato; cabeleireiros e designs de unhas e sobrancelhas; confecção de bolos, dindins e doces; bodegas, pequenas mercearias e entregas em domicílio; catadores de recicláveis e feirantes. Além de uma variedade de ocupações formais e subalternas no Centro, como portaria, zeladoria e limpeza em condomínios, atendentes de bancos, caixas de supermercados e trabalhos braçais em frigoríficos, madeireiras, construções, entre outros, para citar alguns exemplos de ocupações que encontramos em nosso trabalho de campo.

Esse tipo de trabalhadores que menos ganham, seja pela submissão às vontades de lucro das empresas ou pela incerteza da renda informal, foram os que mais continuaram a sair para trabalhar, mesmo durante o período de isolamento social contra a covid-19. Conforme a pesquisa de Gonçalves (et al., 2020), os trabalhadores de baixa renda na Regional da

Comunidade São Francisco foram os que mais responderam afirmativamente (48%) quando perguntados sobre a necessidade de sair para trabalhar durante esse período, expondo-se a maiores riscos. Nesse sentido, observamos como as condições de subemprego formal e informal são uma das alavancas particulares que tornam mais favoráveis as possibilidades de descumprimento da quarentena, juntamente, por exemplo, com a condição ineficiente de cumprimento do isolamento em ambientes precários e de pequeno porte das casas.

Nas histórias das trajetórias de vida de nossos interlocutores sobre esse momento de quarentena, ouvimos daqueles que afirmaram ter que sair para trabalhar, motivos relacionados ao fato de seus empregadores não os terem liberado (como porteiros e empregadas domésticas), à instabilidade dos rendimentos informais que os levam a “ganhar o pão de cada dia” (ainda mais num cenário catastrófico), mas também, o fato de que nem todos os habitantes da periferia se deslocam para trabalhar¹⁰, e muitos continuaram a trabalhar em mercearias, padarias e outros serviços locais que não pararam de funcionar.

Ao observar nos relatos dos moradores, que eles saíam da periferia para trabalhar em bairros de classe alta — locais onde o vírus foi introduzido por pessoas que retornaram da Europa já contaminadas — registramos que a dinâmica de contaminação da cidade não foi outra. Quando os trabalhadores voltavam para a periferia, carregavam consigo o novo vírus, que, com ajuda do abarrotamento do transporte público, logo se espalhou por Fortaleza. Assim, os bairros de classe alta, que inicialmente concentravam os casos de covid-19, logo perderam a liderança com o aumento de casos nas periferias.

De todo modo, esse trabalho explorado dos trabalhadores de baixa renda da São Francisco, também garante algumas doenças físicas e psicológicas. Logo, ainda como efeitos do ecossistema, numa conceituação mais complexa de doença, é preciso falar das doenças modernas do mundo neoliberal, que atingem sobretudo os trabalhadores mais explorados que moram nas periferias, como a ansiedade, a depressão e o *burnout*.

Sob a tendência global da informalidade, o tipo de trabalho mais comum na Comunidade São Francisco é a costura terceirizada para facções de roupas, sem vínculo empregatício e com remuneração por peça produzida. Um trabalho muito prejudicial, sobretudo, porque os trabalhadores têm que trabalhar sentados nas calçadas, por serem locais mais arejados do que

¹⁰ No antigo modelo ortodoxo de cidade, as periferias eram apenas dormitórios para os trabalhadores, mas hoje funcionam como áreas híbridas de habitação e serviços para as classes populares.

suas casas, e passam o dia inteiro curvados numa tarefa mecânica e repetitiva, como costurar apenas um laço de fita em cada um dos muitos vestidos amontoados em sacolas enormes, que são recolhidas depois pelo dono da facção. Nesse tipo de trabalho, ir ao banheiro significa menos peças e, conseqüentemente, o comprometimento do orçamento de toda uma família.

Em um encadeamento, portanto, lembramos não só das doenças relacionadas aos subempregos com trabalho excessivo e pouca remuneração de hoje, mas também da alimentação precária imposta aos mais pobres pelos preços elevados, até o limite da fome que alguns moradores enfrentam. Portanto, como uma polissemia maior da ideia de doença, incluímos aqui também, entre os efeitos desse ecossistema, as anemias e a desnutrição.

Sob tais circunstâncias, voltamos a apontar como é impressionante que as pessoas sequer percebam que estão, no imediato, sujeitas ao acometimento de tantas doenças, assim como não se percebem na natureza, como animais ou como parte de um ecossistema e de suas implicações mútuas e concatenadas. Muitas das pessoas com quem conversamos nunca havia sequer pensado sobre isso, reconhecendo agora que todas essas doenças fazem parte do conjunto de afetações que comumente acometem a trajetória de vida de um morador da periferia, e que têm raízes nas suas condições socioambientais de vida, estilo, estética e práticas cotidianas. Reconhecendo a história socioambiental como parte de sua história.

3. Considerações Finais

Olhando pelo lado da contingência histórica do novo coronavírus, é possível mostrar, por meio de um agrupamento específico de elementos, como a densidade é apenas um dos fatores e não o determinante. Como também mostra Raquel Rolnik (2020), em contraposição às leituras simplificadas dos territórios, na cidade de São Paulo, foram os shopping centers e estações de transporte, não propriamente os adensamentos habitacionais, que concentraram o maior número de internações por síndromes respiratórias agudas graves relacionadas à Covid-19. Portanto, do ponto de vista científico, faz muito sentido que locais mais contaminantes sejam locais onde há maior circulação e transitividade de pessoas desconhecidas, e não aqueles com apenas congregação, como nas residências particulares, desmentindo o higienismo que legitimou remoções e expulsões de comunidades e favelas como lugares da doença.

Nesse sentido, sentimos, desde o início, a necessidade de levar em conta o conjunto das múltiplas características socioeconômicas, culturais e geográficas da São Francisco, e, de delinear esses marcadores ou alavancas, em que os moradores, além de enfrentarem dificuldades na questão das habitações apertadas e mal ventiladas, por vezes partilhadas com mais de uma família, são também os mesmos que sofrem com o acesso limitado ao saneamento, recolha de lixo e água tratada, com o aumento do custo da alimentação e da limpeza ou higiene. Estes residentes são aqueles que necessitam circular por espaços com maior risco de contágio, seja porque continuam a trabalhar em subempregos, utilizando os transportes públicos, seja porque estão desempregados e precisam procurar trabalho, ou, porque dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) e de seus espaços.

Esperamos ter cumprido nosso objetivo de recontar a história do ecossistema dos carnaubais às margens do Rio Maranguapinho, reunindo os elementos mais essenciais das desigualdades socioambientais que funcionam como marcadores de vulnerabilidades dos moradores da Comunidade São Francisco.

Notamos como mesmo elementos banais do cotidiano como a chuva, afetam as agências e as rotinas dos actantes humanos e não humanos de forma diferente, dependendo da região da Cidade, por exemplo, como a incidência de doenças relacionadas às enchentes. No contexto da pandemia da Covid-19, não foi diferente, da mesma forma, pudemos perceber a alavanca da chuva como relevante na particularidade e distinção das sequências cotidianas e modos de existência dos moradores da São Francisco. Em nosso diário de campo, durante um dia aleatório no auge da pandemia, no inverno de 2020, escrevemos sobre estes acontecimentos particulares do cotidiano de Fortaleza:

Depois de uma manhã de fortes chuvas, raios e trovões, o céu amanheceu escuro a ponto de acinzentar o horizonte, devido a tantas nuvens carregadas de chuva. Fortaleza terá mais uma de suas chuvas matinais. São 8 da manhã, estou aparando minhas goteiras e não posso deixar de pensar nas diferenças dessa chuva para os modos de existir na cidade. Enquanto os estudantes ricos da Aldeota estão pedindo motoristas por aplicativos para irem à escola ou à universidade, e seus parentes ainda estão despertando em seu *Home Office*, de pijamas, tomando café em suas canecas enquanto se escoram nas varandas dos grandes prédios de classe alta da Praia de Iracema – ocorre exatamente o contrário no lado sudoeste do mapa, na região periférica da bacia do Rio Maranguapinho, onde alguém nem dormiu naquela noite com tanta água, com medo de que seu telhado desabasse. Nessa mesma hora, as pessoas da periferia se levantaram cedo e mesmo sem tomar café, agora correm para atrepar o armário, a geladeira e o fogão em tijolos, para que a água não os danifique. Outros, como eu, correm com bacias, potes e panelas para aparar as goteiras das casas sem forro. Em todo o caso, está claro para mim que só num modo de existência periférico as pessoas se apressam a cobrir televisores e outros aparelhos com lençóis para evitar respingos, ou a desligá-los das tomadas durante quedas de energia para evitar queimá-los. Em outros cotidianos parece não haver tais preocupações. (Diário de campo - 09 de março de 2020)

Esse relato etnográfico é um bom exemplo de nossas experiências sobre como começa o dia na região que estudamos, quando logo pela manhã, misturado ao som dos pássaros, começam os ruídos dos motores e das buzinas dos carros, no fluxo de pessoas em trânsito para seus locais de trabalho e estudo. Na verdade, se nossos gestores públicos tivessem conhecimento prévio de como ocorrem essas manhãs no cotidiano dessa parte de Fortaleza, durante a pandemia de Covid-19 poderíamos ter feito algo a respeito da superlotação nos transportes públicos, que transportam muitos moradores que ocupam posições subordinadas nas regiões centrais (Gonçalves *et al.*, 2020). Ao contrário, os gestores aproveitaram erroneamente para reduzir a frota de ônibus em circulação como medida de isolamento, e isso, obviamente, acabou sendo a causa de aglomerações¹¹ que favoreceram a contaminação.

Para que erros como esse não sejam cometidos novamente, é necessário investigar a rede socioambiental de forma complexa, coletando também dados qualitativos que revelem fatores particulares de exposição e vulnerabilidade. Precisamos entender que nos comportamos e somos afetados de maneira totalmente diferente a depender do sentimento de habitar e viver, do ritmo de vida, da interação com o ambiente e com outros seres, levando a sério as particularidades, não apenas diante das novas condições de saúde e emergências climáticas no futuro, mas combatendo de antemão as desigualdades socioambientais, com

¹¹ Cf. Matéria de jornal “Passageiros reclamam da redução da frota e da superlotação dos ônibus em Fortaleza”. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/03/20/passageiros-reclamam-de-diminuicao-da-frota-e-lotacao-de-onibus-em-fortaleza.html>> Acesso em: 04/03/2024.

preparação prévia, na melhoria das condições gerais de vida nas comunidades e ecossistemas da periferia de Fortaleza.

Portanto, descrever alguns elementos da trajetória da Comunidade São Francisco foi uma tentativa de fornecer às gerações futuras noções históricas e morais do que precisamos melhorar em termos de condições de vida para deixarmos de sustentar o genocídio dos mais pobres em períodos de crise. Para deixarmos de tolher trajetórias de vida devido às suas condições socioambientais. Entretanto, mais do que a importância de dar visibilidade aos problemas que a população mais pobre enfrenta no dia a dia, é a compreensão de que uma pandemia só se torna verdadeiramente uma ameaça à vida, para além do seu agente patológico, graças às condições que são construídas antes que ela aconteça.

4. Agradecimentos

Agradecimentos especiais ao financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio do Programa de Internacionalização (PRINT) e do projeto de pesquisa a ele vinculado, intitulado: “Tecnologias socioambientais e metodologias integradas na sustentabilidade territorial: alternativas comunitárias frente às mudanças climáticas”, o qual possibilitou nosso estágio de pesquisa no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULISBOA) durante o período de 09/2023 a 08/2024, e, do qual esse artigo é fruto.

5. Referências

BARTHE, Yannick; AKRICH, Madeleine & RÉMY, Catherine. As investigações “leigas” e a dinâmica das controvérsias em saúde ambiental. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 84-127, 2011.

BATESON, Gregory. *Mente e Natureza*. Tradução de Claudia Gerpe. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986, 235p.

BONDÍA, Jorge Larrosa. *Tremores: escritos sobre a experiência*. Tradução de Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, 175p.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Revisão de José Reginaldo Santos Gonçalves. 2ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, 275p.

DESCOLA, Philippe. *Par-delà de la nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005, 640p.

FIGUEIREDO, Alexandre Medeiros; FIGUEIREDO, Daniela Cristina Moreira Marculino;

GOMES, Luciano Bezerra; MASSUDA, Adriano; GIL-GARCÍA, Eugênia; VIANNA, Rodrigo Pinheiro de Toledo; DAPONTE, Antônio. Determinantes sociais da saúde e infecção por COVID-19 no Brasil: uma análise da pandemia. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 73, n. 2, p. 1-7, 2020.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Secretaria Municipal de Saúde. Boletim Epidemiológico. Fortaleza, 2024. Disponível em: <<https://coronavirus.fortaleza.ce.gov.br/boletim-epidemiologico.html>> Acesso em: 03/03/2024.

GINZBURG, Carlos. Mitos, emblemas e sinais. Tradução de Frederico Carotti. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 179p.

GONÇALVES, Danyelle Nilin; LIMA FILHO, Irapuan Peixoto; SANTOS, Harlon Romariz Rabelo; FREITAS, Rafael de Mesquita Ferreira. Estar em isolamento social: quando a desigualdade atua como fator. *Revista Aval, Fortaleza*, v. 3, n. 17, p. 151-169, 2020.

INGOLD, Tim. *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge, 1994, 1127p.

INGOLD, Tim. *The perception of the enviroment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge, 2000, 465p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aglomerados Subnormais: resultados preliminares. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 03/03/2024.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: EDUSC, 2012, 399p.

LATOUR, Bruno. *Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos*. Tradução de Alexandre Agabiti Fernandez. Petrópolis: Editora Vozes, 2019, 403p.

LINS, Antônio José Pedral Sampaio. *Cidade híbrida: contribuição para uma teoria das periferias urbanas contemporâneas no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Riobooks, 2020, 194p.

MAIA, Maria das Graças. *Poluição do Rio Maranguapinho Fortaleza-CE: causas e consequências*. 2008. 68f. Monografia (Especialização em Engenharia Hidráulica e Ambiental) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

MARQUES, José Matheus da Rocha. *Áreas de risco de desastre ambiental na cidade de Fortaleza Ceará-Brasil: vulnerabilidade social em assentamentos precários próximos a Bom Jardim*. 2018. 92f. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social*.

Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

ROLNIK, Raquel. LabCidade. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. Hospitalizações por Síndrome Respiratória Aguda Grave na Região Metropolitana de São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://github.com/labcidade/datasus-srags-cep>> Acesso em: 03/03/2024.

SALES, Luiz Belino Ferreira. Análise socioambiental do trecho inferior do Rio Maranguapinho na cidade de Fortaleza-CE: relações entre sociedade e natureza. 2004. 133f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

SILVA, Giovanna de Castro. Geoprocessamento aplicado à análise de vulnerabilidade socioambiental do baixo curso do Rio Maranguapinho – Fortaleza-CE. 2019. 84f. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SINGER, Merrill. Introduction to syndemics: a critical systems approach to public and community health. San Francisco: Jossey-Bass, 2009, 301p.

TEÓFILO, Rodolfo. A Fome. 1ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, 266p.

WORLDOMETERS. Portal Científico Online. Covid-19 Coronavirus Pandemic Update. 2024. Disponível em: <<https://www.worldometers.info/coronavirus/>> Acesso em: 03/03/2024.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, 135p.